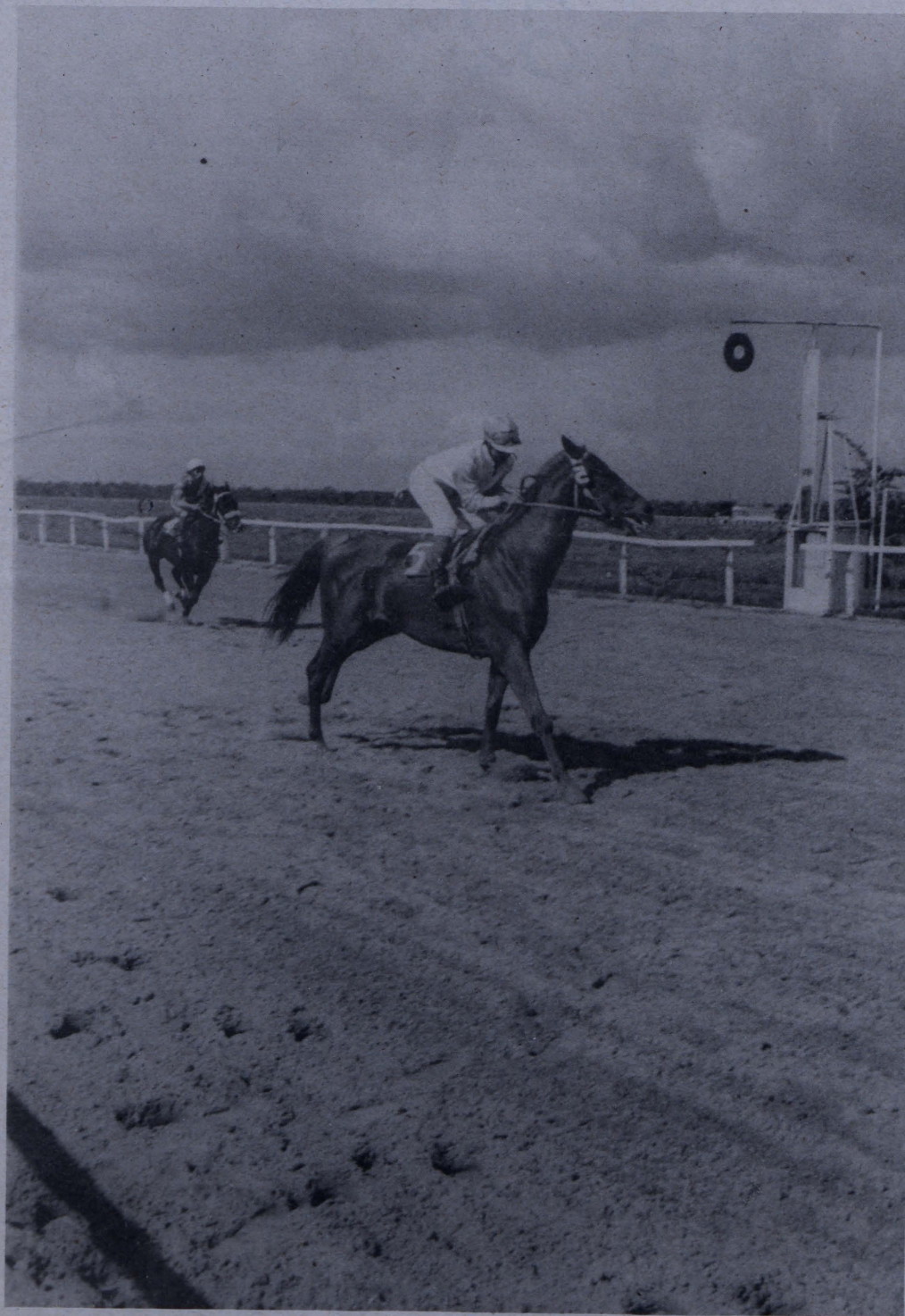


CAMPUS

JORNAL LABORATÓRIO • DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO • UnB • Nº 36 • NOV 81

JÓQUEI SEM CORRIDA NA GRAMA



**Seplan
prevê inflação
de 70% para 82**

Pág. 2

**Aposentado
enterra pacotão**

Pág. 3

**GTO, mineiro
que começou a
esculpir aos
52 anos**

Pág. 4

**Radialistas
ameaçam
renunciar**

Pág. 5

**Não deixaram
Brasília fazer
arte na escola**

Uma investigação histórica que está sendo feita na memória educacional e artística brasiliense constata uma série de interrupções nas experiências mais renovadoras. Esta constatação, que está sendo feita pela assistente social Maria de Souza Duarte do SESC, e que conta com a colaboração da Fundação PróMemória (SPHAN) revela ainda que as interrupções aconteceram paralelamente ao disvirtuamento das propostas originais de Brasília como cidade símbolo de uma cultura nacional. Havia uma participação muito grande da população da cidade nas atividades artísticas como complemento educacional, principalmente na Universidade de Brasília onde os cursos de extensão já tiveram mais alunos que os cursos regulares.

Pág. 6

Seplan prevê inflação de 70% para 82

Jurema Maria

"A nossa inflação pode, tranquilamente, cair, no próximo ano, de um percentual de 5 por cento ao mês no início, para algo em torno de 4 por cento no fim do ano, o que fará com que a inflação se situe em torno de 70 por cento." — A estimativa foi feita, ontem, pelo Secretário Especial de Abastecimento e Preços, Júlio César Martins, ao fazer um balanço do comportamento dos preços ao longo deste ano, assim como os ganhos que se teve na luta contra a inflação. Na ocasião, o secretário da SEAP também traçou perspectivas otimistas para a evolução dos preços em 82 em razão de fecharmos o ano com uma inflação em torno de 95 por cento.

O Índice Geral de Preços de outubro, ou inflação, alcançou este mês o menor percentual nos últimos 20 meses — 4,4 por cento contra 7,6 no mesmo período do ano passado, o que reduziu o índice acumulado deste ano para 78,6 contra 84,6 em igual período do ano anterior, e a variação anual que, neste mesmo período em 80, já estava em 109,1, caiu de 109,8 em setembro para 103,4. Esses indicadores levam o secretário da SEAP à "firme convicção" de que em dezembro a inflação esteja em torno de 95 por cento.

Estes resultados confirmam, mais uma vez, a tendência declinante da taxa inflacionária, como mostra o quadro abaixo. A variação anual da inflação caiu

de um patamar de 120,3 em abril para 103,4 agora em outubro. O que mais contribuiu para este "bom" comportamento dos preços, foi, segundo o Secretário da SEAP, a boa safra agrícola, o razoável equilíbrio nos preços do petróleo no mercado internacional, a política de liberação de preços iniciada no final do ano passado e também o comportamento do consumidor — salientou Martins — muito contribuiu para chegarmos a um patamar inflacionário "suportável" isto é, de dois dígitos.

Evolução dos preços

"Em março deste ano — disse Júlio César Martins — talvez tenhamos atingido o pico histórico da nossa inflação (IGP mensal: 7,4 e acumulado em 12 meses 121,1 por cento). A partir de então esta tendência de alta reverteu, essa tendência de alta enfatizou o secretário da SEAP que tinha sido até março, de cerca de 8 meses consecutivos, começou a declinar e fomos tendo resultados mais favoráveis, a cada mês, em termos de inflação acumulada em 12 meses."

"Os números começaram a cair em abril e seguramente se deve à entrada da safra agrícola deste ano — explicou o secretário da SEAP — a produção rural do ano passado também foi muito boa, mas vinhamos de três frustrações significativas de safra, foi quando chegamos a importar uma série de produtos agrícolas, como o milho, arroz, carne, leite, além do tradicional trigo. E a safra do ano passado — continuou Martins na sua exposição — apesar de muito boa surpreendeu o sistema como um todo, ele foi surpreendido sem reservas, sem estoques, logo a safra foi suficiente do ponto de vista do abastecimento, mas ela não foi fortemente contributiva para que os preços declinassem de modo significativo, já a safra de 81 obteve esses resultados, ou seja — ele explicou — "foi suficientemente abundante para quebrar a força dos preços, para fazer com que os preços se acanhassem mais — enfatizou Júlio César."

"Os produtos agrícolas, no caso dos preços por atacado — continuou o secretário — e o custo de alimentação no caso dos produtos finais que vinha crescendo mais do que a média da inflação, mais do que o custo de vida como um todo, teve a sua posição invertida após a entrada da safra, pudemos verificar que, de fato, segundo Martins, os produtos agrícolas passaram a ser aqueles itens que contribuíram de forma mais significativa para que os níveis inflacionários decaíssem."

O IGP mensal de abril foi de 5,5,

contra 5,7 no mesmo período do ano passado, da mesma forma o de maio — 6,2 — contra 6,4 em igual período de 1980, foram inferiores aos índices do ano passado. Em seguida, no mês de junho, a inflação apresentou uma queda "estimulante", 4,5 por cento, foi a primeira queda substancial desde fevereiro do ano passado quando esteve em 4,2 por cento.

O que contribuiu para a elevação dos preços em "apenas" 4,5 por cento, foi, além do bom comportamento dos preços dos produtos agrícolas, a pouca pressão dos preços administrados, como os reajustes de tarifas (energia elétrica, telefone, etc.). O que mais pressionou foram os aumentos dos preços do cigarro e do leite. O índice de junho foi um dos indicadores significativos ao longo deste ano.

Nos meses seguintes os resultados só vieram a somar a tendência de queda da inflação acumulada em doze meses. Em julho a acumulada caiu de 117,4 para 110,6; em agosto caiu apenas 0,4 pontos percentuais e em setembro foi para 109,8. E agora estamos no patamar de 103,4 por cento.

"Natal dos índices"

Para o secretário da SEAP os dois últimos meses do ano não trazem pressões "significativas". "Dezembro não costuma ser um mês de pressão — afirmou Júlio César — veja o ano passado: o índice de outubro foi 7,6 por cento, o de novembro, 7,5 por cento e o de dezembro caiu para 5,9 — é uma mostra de que, não necessariamente,

o mês de dezembro por ser Natal seja época de grandes pressões inflacionárias."

"As pessoas tendem a pensar — salientou o secretário — que no Natal há elevação de preços, mas "o Natal dos índices já passou", garantiu, o comerciante já fechou as suas compras para o fim do ano, pode não ter recebido toda a mercadoria, mas o preço já está fechado."

"Nós começamos a receber o impacto de alta de preços devido ao Natal — informou Martins — lá para agosto, e esse fenômeno se estendeu durante setembro e foi até outubro, logo, não vai haver pressão adicional, e por outro lado, o comprador final diversifica as suas compras de uma forma apreciável."

"Além do mais, ressaltou o secretário da SEAP, o importante é que não existe uma pressão de demanda, gente querendo comprar e sem produto para comprar, aí é que o preço sobe. Como o comércio está aparelhado para essa demanda, não vai haver problema." E até o final do ano não vai haver reajustes nos serviços públicos e não há nenhum aumento substancial previsto, garantiu Martins. Em novembro, haverá, ainda, pressão dos aumentos dos derivados do petróleo, que ocorreram no fim de outubro e dos cigarros. Porém, ele afirmou no fim da entrevista a respeito da possibilidade de novos aumentos, "aumento não se antecipa, se constata" e sorriu acrescentando, "a dona de casa pode ficar tranquila, os preços não se elevarão."

JORNAL-LABORATÓRIO Nº 36

UNIVERSIDADE
DE BRASÍLIA (UnB)
DEPARTAMENTO
DE COMUNICAÇÃO
NOVEMBRO 1981

Publicação Mensal do Departamento de Comunicação da Universidade de Brasília (UnB). Edição e Programação Visual a cargo das disciplinas "Técnicas de Jornal e Período I" e "Paginação e Revisão" — Campus Universitário, Asa Norte, 70.000 Brasília, DF.

Diagramação: Sérgio Euclides (pág. 1) Jurema Maria (pág. 2) Francisca Bueno (pág. 3) Luciene Rosa (pág. 4) Maria Carmem Mortzsohn (pág. 5) Pedro Jorge (pág. 6) Helena Chagas (pág. 7) Cláudia Alves e José Carlos Werutsky (pág. 8)

QUADRO DA EVOLUÇÃO DOS PREÇOS

* estimativa

	IGP mensal	Acumulado no ano	Acumulado em doze meses
Janeiro	6,6	6,6	110,9
Fevereiro	8,5	15,6	119,5
Março	7,4	24,1	121,1
Abril	5,5	30,9	120,6
Maio	6,2	39,0	120,3
Junho	4,5	45,2	117,4
Julho	5,1	56,6	110,6
Agosto	6,7	62,9	110,2
Setembro	5,1	71,1	109,8
Outubro	4,4	78,6	103,4
Novembro*	5,0/5,5		
Dezembro*	4,0/4,5		

Fonte: FGV

APOSENTADO ENTERRA PACOTÃO

Zildenor

Sem pijama, mas com terno e gravata, centenas de velhinhos aposentados de todo o país deixaram os seus lares em caravanas, chegaram a Brasília, rumaram ao Congresso, lotaram as galerias, congestionaram os corredores distribuindo panfletos aos deputados; e só foram embora após promoverem, com velas na mão, o "enterro" do pacote da Previdência — que, finalmente, fora aprovado sem lhes retirar um centavo sequer, através de um acordo entre os líderes partidários que encontraram como saída uma emenda taxando produtos supérfluos.

Tudo começou quando o Presidente João Figueiredo tentando remediar a crise que abala o Sistema Previdenciário enviou ao Congresso um projeto que, entre outras mudanças, visava diminuir para 75% o salário de aposentados que voltassem a trabalhar e também, reduzir 10% sobre o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) dos proventos dos que ganham de 1 a 3 salários mínimos.

Daf em diante, oposicionistas, aposentados, dirigentes sindicais e parlamentares do próprio PDS lançaram-se contra a aprovação do projeto e, com isso, o governo teve que enfrentar mais um desafio político o projeto das sublegendas também estava em tramitação. De nada valeram os esforços para aprová-los com a votação no plenário. A sublegenda foi fulminada pela união das oposições e o apoio de dissidentes pedessistas numa sessão bastante tumultuada. Foi nessa mesma noite que os aposentados presentes vibraram ao vislumbrem a possibilidade de o pacote Previdenciário também ser derrotado. Contudo, o senador sergipano Passos Porto foi obrigado a deixar o plenário sob vaías e protegido pela segurança. O motivo: negara permissão para que o projeto fosse votado, de acordo com o regimento interno da Câmara. Esse episódio contribuiu ainda mais para aumentar a expectativa e a revolta dos aposentados.

Já o PMDB tentando evitar uma nova e imprevisível batalha, por meio de uma nota oficial dirigida ao governo propunha a negociação. Caso fossem retirados os artigos 19 e 20, que penalizavam os aposentados, eles aprovariam o restante do pacote. O governo, embora reconhecesse que o projeto não era bom e que iria melhorá-lo no futuro, não admitia alterá-lo e preferiu esperar mais um pouco para aprová-lo por um possível decurso de prazo. Sendo assim, correria o risco de novamente ser derrotado pois a dissidência no PDS continuava.

Chegou o dia 27 de outubro, último dia para a votação. Desde cedo os

aposentados tornariam a lotar o Congresso. Trouxeram faixas — "decurso de prazo é ultraje à nação" —, acamparam na sala do cafezinho, ponto de encontro de políticos; e passavam de mão em mão os panfletos de diversas entidades sindicais que incitavam os parlamentares a votarem contra o pacote.

Enquanto isso, um líder do Sindicato de Energia Elétrica do Estado de São Paulo, advertia que eles estavam ali para "detectar quais dos deputados, do PDS, PMDB, ou de qualquer partido, se furtarão a votar no pacote, para que nós possamos denunciá-los publicamente em São Paulo." E ameaçava: "O Sindicato, que produz 70% do produto bruto industrializado do Brasil, está mobilizando caso o pacote passe para inclusive fazer uma greve geral no estado." Ao seu lado, o presidente da Associação dos aposentados dos eletricitários, Silvio Guimarães, explicava o que representaria a perda de 10% para os aposentados.

— Isso não afeta apenas os aposentados, mas sim sete milhões e duzentas mil pessoas que dependem do INPS; esse corte vai afetar todas as faixas etárias e não apenas a de 1 a 3 salários-mínimos. É o leite que vão tirar de muitos órfãos e dos salários de muitas viúvas.

Em clima de nervosismo, a esperada e decisiva sessão iniciara às catorze horas. Era patente a tática do PDS tentando obstruir a votação até a meia-noite. Pedia revisão de quorum e gastava o máximo possível de tempo nas discussões. Pessimista, o líder do PT, deputado Aferton Soares, demonstrava sua irritação quando previu que o projeto passaria mesmo por decurso de prazo. Segundo disse, não havia senadores suficientes. E criticava os senadores ausentes do PDS que há poucos dias ajudaram a derrubar a sublegenda.

À medida que o tempo passava, cresciam os rumores de que as lideranças partidárias estavam articulando um acordo. Porém, tanto a maioria dos deputados, como os líderes dos aposentados, já não acreditavam que o governo pudesse ceder em cima da hora. Mas também a Oposição não tinha a certeza se conseguiria o quorum mínimo.

Somente no final da tarde acabou a suspense. O líder do governo, deputado Cantídio Sampaio, que negociara com o benelácito salvador do ministro da Casa Civil, Leitão de Abreu, anunciava na tribuna a boa notícia: O acordo estava consumado. O projeto foi aprovado sem os dois polêmicos artigos que atingiam os

aposentados. O deputado aproveitou para exortar a boa vontade do Presidente João Figueiredo "que procurou a melhor das opções."

Em seguida, o líder do PMDB, Odacir Klein, enalteceu o acordo "que foi uma vitória de todos os partidos." Na mesma linha, o senador Jarbas Passarinho que presidia a Mesa, elogiava "o comportamento dos congressistas que foi de extrema valia para a correção dos trabalhos". E ressaltou: "cabe uma palavra também ao respeito com que as galerias se comportaram no transcorrer desta sessão." Sob o aplauso dos políticos e da plateia, a sessão teve um final apoteótico.

Distribuindo abraços a todos, o presidente do Partido Popular, senador Tancredo Neves, declarava: "O governo trouxe, realmente, soluções mais altas que perfeitamente atende aos objetivos dele e aos da Oposição."

Ao mesmo tempo o deputado Aferton Soares fazia a sua análise. "O projeto do governo é ruim, mesmo assim os trabalhadores ganharam com isso; agora vamos ver se conseguimos melhorá-lo a medida que as prerrogativas forem restabelecidas." Enquanto o deputado falava, um episódio curioso despertou a sua atenção: um grupo numeroso de aposentados carregando velas acesas iniciava uma marcha em direção à saída do Congresso. Sem entender o que avistara, Aferton, surpreso, indagava:

— O que é aquilo lá? Caíram no ridículo, né? Se for de protesto contra a nossa decisão caíram no ridículo!

Mas não era nada disso. Eles estavam mesmo era acompanhando o "enterro do projeto". Tão logo chegaram ao lado de fora começou a comemoração da vitória: Aos gritos de "sindicato, sindicato" e "trabalhador unido jamais será vencido", jovens líderes sindicais e idosos aposentados misturavam-se numa mesma festa. Entre as pessoas que os cercavam havia, pelo menos, um ilustre espectador: o vice-presidente do PMDB, senador Teotônio Vilela. Sorridente, ele afirmava que "não conseguimos muito, mas o que conseguimos foi razoável". Quando o governo não exerce o arbítrio; prosseguiu Teotônio, e deixa uma pequena margem para a interlocução democrática as coisas se conseguem sem as agressões que geralmente se verificam quando o governo não quer. O senador frisou ainda "a importância capital da presença dos previdenciários"; deu os parabéns ao Cantídio Sampaio por ter-se esforçado para encontrar uma solução, pois passar por decur-

so de prazo o pacote previdenciário seria o maior desastre político do governo em todos os tempos", concluiu.

No entanto, nem todos que estavam por ali ficaram satisfeitos com o acordo. Mais audacioso, um aposentado protestava:

— Eu queria que todo o projeto do governo fosse rejeitado. Agora, sentenciei, aposentado que tiver vergonha tem que votar contra o PDS em 82.

Bem mais moderado, o dirigente do Sindicato dos serviços portuários de Santos, Roberto Saud, achou que o acordo "veio trazer ao povo a expectativa para que o Congresso reconstrua sua autonomia e possa legislar a favor do trabalhador. Para ele, apesar dessa vitória, o aposentado ainda é um marginalizado.

Por sua vez, o presidente do Sindicato dos petroquímicos do Rio de Janeiro, João Araújo, viu no acordo o "estímulo para que outros movimentos sejam feitos."

— Vamos fazer uma nova mobilização pois o governo vai tentar mudar a política salarial; e iremos pressionar para que os servidores públicos consigam o 13º salário e reajustes semestrais — preconizou João Araújo.

Já o presidente do Conselho das entidades de aposentados de São Paulo adiantava que, conforme a resolução do recente congresso de Volta Redonda, eles deveriam lançar candidatos da própria classe para disputarem cargos eletivos, inclusive à Câmara dos Deputados.

Defendendo o governo de todos esses ataques desferidos contra o pacote previdenciário, o deputado pedessista Edson Lobão, explicava que "se o governo fosse derrotado, 90 milhões de pessoas seriam derrotadas." A primeira medida da Previdência, continuou, seria suspender o atendimento. "Por vingança? Não. A Previdência está falida." O deputado afirmou que o problema era arranjar 100 bilhões de cruzeiros para cobrir esse rombo. Esses 8% que descontamos nos salários, prosseguiu, são para a nossa aposentadoria; o atendimento hospitalar é o governo que está nos dando. Portanto, finalizava, alguém tinha que pagar por isso — e o escolhido foi o aposentado, como poderia ser qualquer um de nós.

Um metalúrgico aposentado de 84 anos que se manifestava energicamente durante "o enterro do pacote", fez a sua análise bem diferente:

— Queriam tapar o Sol com a peneira, mas não conseguiram porque a peneira deixa o Sol passar.



GTO, mineiro que começou esculpir aos 52 anos

Magali Gontijo

Numa noite de 1966, em Divinópolis, Minas, um vigia noturno de hospital sonhou com Cristo ladeado por dois indígenas. Acordou, pegou o canivete e, de memória, encarnou em um pedaço de madeira as intrigantes figuras. Hoje, o escultor GTO, nome artístico de Geraldo Teles de Oliveira, mineiro de 68 anos, ostenta um currículo que inclui mostras individuais e coletivas e participação em salões e exposições, no país e no exterior. Na última exposição, feita no princípio do ano, GTO apresentou, na Galeria Bonino, em Copacabana, 40 de suas peças, todas em madeira.

Semi-analfabeto, doente, com um só pulmão, ele é muito forte para seu tipo de trabalho. Seu método de esculpir é sempre o mesmo: como todas as suas obras apresentam mais de uma face, ele, inicialmente, faz o desenho e, em seguida, esculpe, uma após outra, as várias faces. As obras maiores tomam-lhe às vezes mais de três meses de trabalho.

Geraldo afirma que nunca se imaginara escultor, e muito menos um nome consagrado no Brasil e em outros países. Em criança, brincou com barro, com pedrinhas, mas não se lembra de ter feito um esboço de escultura, daquelas tão comuns em determinada fase de infância. "Os sonhos chegaram de repente, desafiantes, foram quem induziu essas artes que hoje faço", afirma ele.

"Nesse tempo, eu não tinha entendido muito bem as coisas. Era meio sonho meio verdade. Comecei a fazer Cristo com cruz nas costas, fiz escravos acorrentados, igrejas. Depois, o sonho me largou e comecei a fazer criação. E não parei mais. De 1967 até hoje, acho que já fiz mais de mil trabalhos".

Harry Laus, crítico de artes do Jornal do Brasil, diz que GTO esculpe o que sonha. É possível — diz ele — que daí venha o caráter fantástico de seus trabalhos. Mas seus sonhos não apagam os traços populares de personagem e suas poucas, mantendo, inclusive, reminiscências dos ex-votos, se analisarmos algumas caras isoladas. Não nos ocorre nenhum outro escultor popular brasileiro que tenha trabalhado a madeira tão minuciosamente e em tais proporções. Numa peça única, GTO vai compondo um conjunto, de figuras humanas superpostas da maneira mais arbitrariamente possível, obtendo efeitos surpreendentes, ainda mais valorizados quando nos detemos a examinar cada tra-



balho, a valorização dos vazios, o labor paciente da lâmina do canivete e do formão".

OS ANJOS DISSERAM AMÉM:

Dona Maria Quirina de Oliveira, mulher do artista, acredita que Nossa Senhora Aparecida tenha sido a responsável por tudo o que aconteceu ao marido. Acha que "os anjos disseram amém" ao seu pedido de um "trabalho que o Geraldo pudesse fazer em casa, sem precisar nunca mais sofrer necessidades". Fica feliz por ter hoje uma casa de dois andares, uma Kombi para passear e mais dois sítios, tudo isso, "na terra mais querida (Divinópolis), de onde nunca mais vamos sair".

Foi um jornalista de Belo Horizonte, conta o assessor do Patrimônio Histórico

de Divinópolis, Heraldo Alvim, quem carregou todas as peças de GTO para apresentá-las a Sálvio de Oliveira, proprietário da Galeria Guignard. Em breve, estava confeccionado o catálogo e não demorou muito para GTO ser convidado para uma mostra no Rio, no Hotel Copacabana Palace. Nos anos seguintes, toda a produção estava comprometida, tanto para a venda, quanto para exposição. Em 1969 e em 1971, GTO enviou trabalhos para a Bienal de São Paulo; em 1974, expôs na Bienal de Formes Humaines, no Museu Rodin, em Paris, e, um ano mais tarde, ganhava um prêmio de viagem à França por sua participação no Salão Global, em Belo Horizonte. Ainda em 75, expôs numa sala especial, na 13ª — Bienal Internacional, em São Paulo. Em 1978, suas obras foram expostas, na Bienal de Veneza, Itália.

"Até os russos já vieram a Divinópolis para fazer um filme comigo, sobre o meu trabalho, afirma GTO. "Dizem que eu

tenho esculturas em muitos países. Um dia o presidente da República, o Geisel, me aconselhou a ensinar a minha arte aos meus filhos, para que eu não levasse comigo tudo o que eu sei".

Em sua opinião, "artista que tem estudo não pode nunca ser bom quanto um primitivo, porque acaba usando mais a técnica que a criação".

Geraldo Teles de Oliveira, nasceu em Itapeverica, Minas Gerais. Aos 7 anos foi para Divinópolis trabalhar em serviços rurais. Foi ajudante de guarda-sanitário, rondante de serviço da Malária, no Rio de Janeiro, fundidor, por um ano, na Marinha de Guerra e continuou exercendo essa profissão de rondante, em várias firmas, até 1965. Foi só com 52 anos de idade que começou a esculpir. Com um formão, uma goiva e um canivete, passou a executar as coisas com que sonhava. Realizou até 1981 aproximadamente mil trabalhos, relevos esculpidos, talhados em madeira.

RADIALISTAS AMEAÇAM RENUNCIAR

Cláudio Lessa

A primeira diretoria do mais novo sindicato dos radialistas do país, o de Brasília, assume o posto bastante motivada, e disposta a comprar, de início, pelo menos, duas brigas: uma com a Radiobrás, pela sindicalização dos seus empregados, e outra com o sindicato dos jornalistas — e com a federação nacional dos jornalistas — que vê, nas frestas da regulamentação da profissão de radialista, uma ameaça aos profissionais de comunicação que conseguiram seus diplomas nas faculdades.

Em meio às contradições básicas do seu discurso, o presidente Alvaro Costa, presidente do sindicato eleito em 20 de outubro, afirma que "se dentro de seis meses não conseguir a adesão de pelo menos oitenta por cento dos quase dois mil radialistas de Brasília para o sindicato, pego o meu boné, e tchau."

Mobilização

O sindicato se propõe a fortalecer a classe dos radialistas e, para se conseguir isso, segundo Alvaro Costa é fundamental a adesão de todos. "A única bandeira do sindicato é a do radialista", diz ele, ao mesmo tempo em que concorda em "gênero, número, grau e temperatura" com a necessidade de uma representação política para o Distrito Federal. O sindicato deve ser apolítico, na sua opinião, contradizendo com a postura e retórica de principiante nas lides políticas (o uso do plural majestático, e das expressões "hora zero" e "companheiro" é constante). "Nossa luta é uma luta de foice — e muito cuidado nesta associação — porque até há bem pouco tempo, no Brasil, falar em associação ou em sindicatos significava falar na foice e no martelo." Ele não consegue entender como uma classe que pretende pleitear junto aos empresários alguma coisa e que se pretenda forte não se mobilize em torno do seu sindicato, ainda mais "sabendo que tipo de empresários existem no Distrito Federal e no Brasil, em geral". Alvaro Costa foi mais incisivo ao perguntar: "que força pode ter um sindicato de radialistas com oitenta associados, quando se sabe que existem mais ou menos dois mil profissionais de rádio em todo o DF?"

Para o recém-eleito presidente, a mobilização em torno da sindicalização é apenas a primeira das lutas que serão desencadeadas pela atual diretoria, bastante representativa, tanto do ponto de vista de variedade de empresas quanto de posições ocupadas pelos integrantes da chapa 1, a vencedora. O presidente Alvaro Costa é

apresentador do programa "Brasília, Urgente", da TV Brasília ("fomos convidados pelos companheiros para ocupar a presidência da chapa, nesta hora zero em virtude do nosso modesto passado sindical"); o vice-presidente, Epaminondas Lincoln, já fez de tudo em televisão e hoje é gerente de apoio administrativo e operacional da TV Capital; o secretário geral, Valdo Leite, é o chefe de operações da Rádio Globo FM e segundo o seu currículo, "tem certificado expedido pela Comissão de Trabalho e Legislação Social da Câmara dos Deputados em Fundo de Garantia e Política Sindical"; o tesoureiro, Ronaldo Arantes Costa, é chefe de pessoal e contabilidade da rádio Capital; a secretária de Educação, Rose Mary Araújo, alega as tardes dos menos favorecidos de Brasília ao microfone da Rádio Planalto, atuando também, na hora do almoço, no programa "Brasília, Urgente", ao lado do presidente do sindicato; a secretária administrativa, Ana Felícia é locutora da rádio Globo FM, atuando também nas áreas de redação e reportagem; a relações públicas do sindicato, Eunice Silva, já atuou em várias rádios de Brasília, fez locução na Voz do Brasil e é locutora-entrevistadora do Jornal da Feira.

Jornalistas & Radiobrás

Aliás, o ponto de atrito do sindicato dos radialistas — e da sua federação nacional, por extensão — com o sindicato dos jornalistas — e sua federação nacional, por extensão — é justamente este cargo, o de locutor-apresentador. Através dele, qualquer pessoa pode ser colocada dentro de uma estação de rádio ou televisão e desandar a fazer entrevistas até com o Presidente da República — sem ser molestado. O pulo do gato é simples: não se exige diploma de conclusão de curso superior na área de jornalismo. O sindicato dos jornalistas, articulado com a federação nacional dos jornalistas, está questionando junto ao Ministério do Trabalho, através de processo, a validade desta cláusula da regulamentação da profissão de radialista. Segundo o sindicato dos jornalistas, esta cláusula é uma ameaça aos profissionais de jornalismo, que vêem sua área de atuação se restringir ao jornalismo impresso.

Mas tem que ser assim mesmo, diz Alvaro: "Para isto, o próprio nome diz: um é o Sindicato dos Jornalistas e o outro é o Sindicato dos Empregados em Empresas de Radiodifusão e Televisão". No caso do sindicato dos radialistas, aquele que faz as

vezes de jornalista, entrevistando pessoas ao microfone (locutor-entrevistador) se iguala nos seus direitos e deveres ao portador da emissora, ao produtor, ao assistente de iluminação, etc. O único que não pode se sindicalizar é o patrão.

Sobre a perspectiva de sindicalização dos empregos, da Radiobrás, Alvaro Costa disse que já há um precedente aberto no Rio de Janeiro e que, "nesse particular de rádio e televisão, não há nenhum choque entre empresa pública e sindicato, uma vez que são duas coisas completamente separadas entre si." Ele defendeu também o direito de qualquer pessoa à livre associação: "É um preceito constitucional o direito de qualquer pessoa se associar onde ela queira, desde que exerça uma função compatível com a associação da qual ela queira fazer parte." E foi mais além: "Alguém inventou, e ninguém sabe quem, que os funcionários da Radiobrás não poderiam se sindicalizar. Isso é a mais grossa e deslavada mentira que eu já ouvi. Provavelmente algum chefe de pessoal, algum cidadão aí não sei por quantas inventou isso. Mas não tem nada a ver". Numa evidente confusão entre **associação e sindicato**, o presidente Alvaro Costa retoma a sua retórica mais contida e dá o exemplo de que "os funcionários do Banco Central têm sua associação, o seu sindicato (sic), os funcionários do Banco do Brasil têm o seu sindicato (sic) e aí por diante. Estaremos com o Senhor Ministro das Comunicações dentro em breve, numa audiência, e procuramos saber qual o motivo da proibição. Se ela for mantida, então o Ministro da Fazenda terá, igualmente, que obstar a sindicalização dos funcionários do ministério da Fazenda e da Seplan."

Para Marilza Costa, chefe de pessoal da Radiobrás, o presidente do sindicato dos radialistas de Brasília não precisa ir até ao ministro das comunicações para saber porque os funcionários da Radiobrás não podem se sindicalizar e não advertidos desse pormenor: "Basta uma rápida olhada no artigo 566, da CLT, que diz o seguinte: 'Não podem se sindicalizar os servidores do Estado e das instituições para-estatais.' As exceções estão em parágrafo único: 'Excluem-se da proibição os funcionários de sociedades de economia mista e das fundações criadas ou mantidas pelo poder público da União, dos Estados ou Municípios.' A Radiobrás, por definição, é uma empresa pública — condição mais do que evidenciada recentemente com as ameaças de venda da empresa ao capital privado — e, por isso, não pode ter seus

empregados sindicalizados. A Radiobrás incorporou este dispositivo nos seus regulamentos internos, conforme a chefe de pessoal da Radiobrás: "Quando uma pessoa ingressa na Radiobrás ela é feita cientista desta norma: Se ela não quiser atender a esse requisito, não é obrigada a trabalhar aqui, da mesma maneira que nós (a empresa) não somos obrigados a empregar ninguém que não aceite nossos regulamentos. Isso é normal em qualquer empresa, que cria sua legislação interna de acordo com a legislação vigente correspondente."

Aspirações

De qualquer maneira, os atuais dirigentes do sindicato dos radialistas do Distrito Federal não alimentam qualquer esperança de ver várias de suas bandeiras, desfraldadas durante o processo eleitoral, cumpridas até o final do mandato — existe muita inexperiência e pouca mobilização. Somente a partir da mobilização, é que surgirá a preocupação do sindicato com os seus associados, no que diz respeito à assistência médica, jurídica, odontológica, para começar. Eles pretendem ainda brigar pelas verbas sindicais que existem na União e no Congresso Nacional, a obrigatoriedade do registro sindical para que o profissional possa exercer a profissão de radialista, etc. Só depois destas batalhas vencidas é que vai se pensar em reivindicações de índice de produtividade, piso salarial, reajustes e divisão das categorias profissionais de acordo com a regulamentação da profissão de radialista, para evitar o que existe hoje em dia: "Profissional, empregado por exemplo como locutor-esportivo, desempenha funções de entrevistador, apresentador, etc., e isso fecha o mercado de trabalho", diz Alvaro Costa.

A briga pela sede própria não é, com certeza, para esta diretoria. Aliás, a sede atual do sindicato está localizada no escritório de Alvaro Costa, na TV Brasília, "e que o meu patrão Jairo Valadares não saiba disso." A secretária-geral da entidade, igualmente, funciona na sala de Valdo Leite, na Rádio Globo FM, sem o conhecimento oficial da direção da Globo. Essa situação não vai durar muito", segundo eles, "porque a Delegacia Regional do Trabalho nos cedeu uma sala no próprio prédio da Justiça do Trabalho, e para um sindicato que pretende fazer justiça aos seus associados, nada melhor do que funcionar dentro da própria justiça trabalhista". A sala será dividida com outro sindicato, o dos jornalistas.

NÃO DEIXARAM BRASÍLIA FAZER ARTE NA ESCOLA

Pedro Jorge C. de Araújo

Todas as experiências pioneiras de educação em Brasília acabam interrompidas. Esta é a constatação da assistente social Maria de Souza Duarte, do Departamento Nacional do SESC, através de coleta de dados na memória educacional e artística da cidade, para sua tese de mestrado "Arte e Educação numa cidade nova — O caso Brasília".

O mais interessante desta constatação de Maria Duarte é que todas estas experiências interromperam-se nos meados dos anos 60 e começo dos anos 70; atraíram milhares de estudantes de todo o DF, desde crianças até adultos. A grande causa destas interrupções foi o progressivo desvirtuamento das propostas iniciais renovadoras em educação que foram aplicadas em Brasília como cidade símbolo de uma cultura nacional.

Esta tese de Maria Duarte tem importância por ser uma "investigação histórica sobre o que aconteceu em Brasília na área de produção, divulgação e consumo de atividades artísticas, consideradas como recurso de educação." Maria Duarte conta em seu projeto com a colaboração do SPHAN (Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

O exemplo Brasília

Brasília, quando foi pensada pelos seus planejadores, surgiu num momento em que havia na sociedade brasileira grandes expectativas de mudança aos níveis político, econômico, social. Brasília, para seus planejadores, era uma idéia de ser não só um polo de integração nacional, ou uma síntese de uma cultura brasileira, mas também esperança de que aqui se consolidaria uma sociedade melhor. Dentro deste conceito, o sistema educacional foi pensado de forma coerente com essa esperança. Destes planejadores, Maria Duarte cita Anísio Teixeira, que pensava sobre educação "que as atividades de aprendizagem seriam enriquecidas com atividades socializantes, recreativas, artísticas. Por outro aspecto, esse sistema visava a busca de uma certa identidade nacional, a valorização de uma cultura brasileira. Buscava a conscientização do educando, através destas atividades artísticas e recreativas, desta identidade brasileira com idéia-força de um projeto de desenvolvimento nacional."

A proposição de investigação de Maria Duarte é ver como, em que se desvirtuou esta proposta original na história de Brasília dentro dos acontecimentos que marcaram estes últimos 21 anos da vida nacional.

"Hoje para mim", diz Maria Duarte, "o sistema educacional de Brasília se iguala a de qualquer estado. Claro que aqui há mais recursos, aqui está o Poder. A educação a nível de 1º grau a gente pode considerar universal; não é em todo lugar do Brasil que acontece isto. Mas em termos de filosofia, dos métodos aplicados, das formas de conduzir, ela é igualzinha a qualquer cidade brasileira. Eu acho que isto aconteceu porque, pelo menos pelos dados que a gente levantou até agora, a história da educação de Brasília é uma história de experiências interrompi-

das. Foram iniciadas e interrompidas muitas experiências nesta cidade que me parecem muito significativas e importantes. Então o que eu estou fazendo é conversar, ouvir depoimentos, levantar dados de pessoas que projetaram, que participaram, que tentaram fazer coisas novas em educação com este aspecto abrangente."

Educação Extra-curricular

As experiências interrompidas são muitas e vão desde as escolas parque — que deveriam ser uma por cada quatro quadras (só existe a da 308 Sul) — até as propostas de abertura da UnB à cidade, em projetos de extensão e popularização. "O CEC — Centro de Extensão Cultural da UnB, no seu pouco tempo de funcionamento, conseguiu fazer da Universidade uma coisa da cidade". Ao lado das atividades curriculares, dos cursos regulares, a UnB dedicou, desde o início, uma atenção muito especial às atividades culturais extra-curriculares, procurando fazer a integração cultural da Universidade com a comunidade brasiliense, levando a população de Brasília para o seu "campus" e trazendo para a cidade as atividades universitárias extra curriculares, através de cursos, conferências, debates, seminários, festivais de cinema, espetáculos teatrais, recitais e exposições de arte, etc. E o projeto de seu Plano Orientador — cuja implantação frustrou-se, como o de toda a Universidade, previa além das atividades docentes, artísticas e informativas em Brasília, outras que seriam deslocadas pelo DF e por todo o país através de caravanas. Pretendia-se também numa etapa posterior a implantação de centros regionais nos pontos mais convenientes do território nacional. Além disto, o CEC queria utilizar as instalações do campus, no período de férias, para realizar congressos, convenções e festivais internacionais nos vários domínios da cultura universal.

Embora muitas destas previsões não se realizassem, o pouco tempo de duração do CEC (61/65), representou uma soma de atividades artísticas e culturais oferecidas a população de Brasília. O CEC no primeiro semestre de seu funcionamento, 2º semestre de 1961, ofereceu 30 cursos de extensão, e o número de matriculados foi de 1.500 enquanto que o número de alunos regulares da UnB era cerca de mil alunos. Essas atividades assumiram tanta importância na vida cultural de capital nascente que a aula inaugural do 2º semestre foi ministrada pessoalmente pelo então Presidente da República, João Goulart.

Quando houve a crise de 1965 na UnB, provocada pelo pedido de demissão de 210 professores em solidariedade a 15 demitidos pela reitoria, o CEC acabou. Todos os professores do CEC eram demissionários.

Outra experiência importante foi a do CIEM — Colégio Integrado de Ensino Médio — criado como Unidade Experimental da UnB, vinculado à Faculdade de Educação. O CIEM tinha como princípios a educação como "prática de liberdade", liberdade que terminava onde começava a do outro, ausência de fiscalização,

trabalho em equipes como norma prática, auto-avaliação, congraçamento entre alunos e professores e funcionários. Por ser um colégio experimental o CIEM só tinha 300 alunos e chegou a alcançar 80% de aprovação dos alunos nos vestibulares, sem cursinhos. Para que se tenha uma idéia de filosofia do CIEM, as aulas de português, por exemplo, eram dadas por Sílvia Ortoff, uma pessoa do teatro. As atividades artísticas eram recursos de aprendizagem da língua portuguesa. Uma peça de teatro (Cristo e a Bomba), montada pelos alunos do CIEM sob orientação desta "professora de português", foi premiada no 5º Festival de Teatro Estudantil do Rio de Janeiro e foi montada em Paris no Teatro da Cidade Universitária. O CIEM funcionou entre 1965 e 1970 e terminou porque, além de oneroso por ser enriquecido com muitas atividades e experiências, era inconveniente com a proposta de um ensino técnico e pragmático (acordo (MEC-USAIDO) adotado no Brasil. Os alunos do CIEM eram questionadores, criativos, com uma visão mais ampla do mundo.

Ainda no âmbito da UnB, podemos falar do Instituto Central de Artes, que coordenaria todas as atividades de ensino, produção e divulgação de artes. Era aberto a todos os alunos e tinha uma programação de música coordenada pelo Maestro Cláudio Santoro. Havia uma intensa programação que incluía cursos e mostras de cinema em que haviam uma grande afluência de público. Com a crise de 1965, o ICA desdobrou-se nos vários departamentos que são Letras, Música, Arquitetura e Urbanismo e Comunicação. Apesar deles todos estarem associados no atual Instituto Central de Artes, pouco conservam da proposição original.

A Faculdade de Educação da UnB ainda manteve nos anos de 67 e 68 a Escolinha de Artes, criada para crianças, que ocupava-se com o estudo e a aplicação e a divulgação dos métodos de educação criadora, para estimular nos indivíduos o desenvolvimento de recursos naturais de percepção sensorial e expressão, através da prática das artes.

Em termos da cidade, além das experiências interrompidas na UnB, houveram duas experiências que se concretizaram: a Escola de Música de Brasília e a Escola Parque da 308 Sul. Mas outras experiências foram interrompidas por motivos os mais surpreendentes, como a Biblioteca Visconde de Porto Seguro, dirigida por Lola Barrechechea entre 1959 e 1961. Foi a primeira experiência de Biblioteca Cultural em Brasília, onde além de consulta de livros, funcionava uma escola de artes e cursos de línguas. Instalada numa casa germinada na avenida W/3 Sul, ela foi fechada porque a residência foi ocupada por uma "secretária de uma autoridade". Muitos dos seus livros foram para um depósito da Fundação Cultural e outros para a Escola Parque da 308 Sul.

A Fundação Cultural do Distrito Federal tinha, dentro das propostas de Ferreira Gullar (seu 1º diretor) criado um museu projetado por Oscar Niemeyer que era um galpão no Aeroporto. Lá o pintor Félix Barrechechea ministrava cursos de pintura e havia uma grande movimentação em mostras de arte popular. Havia um ateliê onde os "candangos" faziam objetos vinculados as suas culturas de origem. O Museu funcionou desde 1961 até dia 1º de abril de 1964 quando foi requisitado para ser depósito do Ministério da Aeronáutica.

O SESI manteve um coral e uma oficina de Teatro. Este coral era considerado um dos melhores do país, chegando a gravar discos e sendo sempre convidado para abrir festas oficiais, congressos, etc. A oficina de teatro montou a peça Morte e Vida Severina de João Cabral de Melo Neto e Chico Buarque. Os atores eram filhos de operários aqui do DF. Consta-se que apesar do grande sucesso de crítica e público que a montagem recebeu, numa apresentação oficial em que o presidente Médici estava presente, o mesmo não se agradou da peça. Juntando-se este com os problemas administrativos das sucessivas mudanças de direção na entidade, ambos, coral e oficina de Teatro, acabaram.

Em termos de rede educacional de 1º e 2º grau foi criada em 1960 a comissão de Administração do Sistema de Ensino de Brasília que ficou conhecido como CASEB. Esse grupo visava implantar o sistema de ensino da cidade onde, além de período norma de aulas tradicionais, haveria o 2º período destinado a atividades socializantes, recreativas, esportivas e artístico-culturais. Foram criados os colégios da CASEB, Elefante Branco, Setores Leste e Oeste, Ginásio da Asa Norte. O colégio da CASEB foi responsável pelo surgimento do 1º grupo de Teatro e o 1º Coral de Brasília. A comissão do CASEB teve origem no MEC em 1960, mas a partir de 1964 foi desdobrada na Secretaria da Educação e Cultura, onde foi o embrião da Fundação Educacional do DF. Além disto, a grande demanda de escolas e períodos de aulas para suprir o contingente de alunos não permitiu por muito tempo as aulas em dois turnos. A experiência da CASEB, como todas as outras, era pioneira e revolucionária em termos educacionais no Brasil.

Mesmo na rede particular houve uma experiência que atraiu muitos estudantes, já na década de 1970, o Pré-Universitário. Foi inaugurado naquele ano por ex-professores do CIEM sendo a 1ª experiência no Brasil ao acrescentar atividades profissionalizantes ao ensino de 2º grau. Voltava-se para atividades artísticas como cinema, teatro, fotografia, música, chamadas habilitações. Em 3 anos de funcionamento conseguiu 3.000 alunos. Terminou porque o currículo não foi reconhecido pelo Conselho de Educação do Distrito Federal e pela morte de seu principal administrador em um acidente de motocicleta.

Culturas conflitantes

"Um problema que tem sido colocado ao mesmo tempo que se coloca esta falta de apoio, principalmente para experiências mais contestadoras, é o fato de nós termos uma cultura oficial. O poder se empenha de formas que podem ser muito discutidas, em manter, em promover atividades. Isto gerou um certo paternalismo, uma certa cultura oficial que não é muito "comprável". A cultura foi e ainda é um monopólio do Poder. Isto criou, por um lado, certas dificuldades de público. Por outro lado criou, nos produtores de arte uma certa dependência. Veja por exemplo o fato de nós não termos uma casa de espetáculos que não seja oficial, ou que não seja em grande parte dependente do poder público. Os artistas esperam muito do poder público, reclamam muito de uma "teta". Qualquer outra cidade do porte de Brasília, com o nível de renda do Plano Piloto, possivelmente teria uma vida cultural mais intensa."

CLN 205 muda visual

Josimar de Gusmão Lopes

"O projeto do comércio local 205/206 Norte visa alterar a realidade, sem no entanto, transformá-la completamente, resguardando a comunidade do impacto dessa mudança". Essa afirmação é da arquiteta Doramélia Marra da Motta, autora do projeto, já apelidado de *Babilônia*, devido a sua grande quantidade de arcos.

Segundo a arquiteta, o comércio local 205/206 desde o remanejamento do loteamento até a construção, destinando-se a servir uma população de 7 mil e 500 a 20 mil habitantes. Aberto não só para a unidade de vizinhança, onde está inserido, se propõe a servir também a cidade. Explicou ainda que o projeto tem por finalidade remanejar a área destinada ao comércio local, visando solucionar alguns problemas existentes, apresentando respostas necessárias à realidade atual, quando transcorridos dezoito anos do projeto original.

Na verdade, o projeto visa, sobretudo, quebrar a monotonia do tradicional comércio das entrequadradas, e, como também, solucionar os problemas que os antigos comércios locais apresentam. Há,

por exemplo, nos comércios locais problemas que vão desde a travessia da pista até ao do estacionamento. Na *Babilônia* existe uma passagem subterrânea visando exatamente a travessia dos pedestres, principalmente, nos horários de maior concentração de veículos, isto é, meio dia e às 6 horas da tarde. Existe ali um estacionamento em cada extremidade local, que tem por finalidade obrigar as pessoas a andarem a pé. E a partir do momento que essas pessoas entram no prédio podem caminhar tanto no sentido longitudinal como no vertical da quadra, que estão protegidas das chuvas, porque todo o percurso é coberto.

Outras alterações são as frentes das lojas, que foram voltadas para o interior das quadras residenciais. De frente para a pista, que divide as duas quadras, estão os depósitos para carga e descarga. Para que o público, e em particular aquele que sempre passa por ali de automóvel, possa saber que tipo de comércio existe na quadra, foi reservada a parte superior do muro dos depósitos para serem colocados os letreiros luminosos.

Essas são basicamente as mudanças que o novo comércio sofreu em relação aos demais comércios locais das entrequadradas de Brasília. Além, é claro, do aspecto visual, que parece ser o grande responsável do impacto ocorrido nas pessoas. O grande número de arcos existentes nos prédios é justificado pela arquiteta, como fórmula para evitar a insolação no interior das lojas.

Por outro lado, parece que as lojas estão agradando aos comerciantes. Conforme o responsável pelas vendas, Noel Fernandes, funcionário da Terracap, apenas algumas lojas que ainda não foram vendidas. No início da construção, ainda no governo do Elmo Serejo Farias, a idéia era de alugar as lojas e a Terracap administraria o imóvel, como acontece com a Galeria dos Estados. Mas o atual governador Aimé Lamaison, por achar que os serviços administrativos da Terracap não têm estruturas para administrar um imóvel do porte do comércio 205/206, resolveu vendê-las. E este é o principal motivo que atrasou a entrega do comércio a população, segundo Noel Fernandes.

Mas esta medida poderá também afetar no bom funcionamento do edifício. Enquanto que na idéia original, de apenas alugar as lojas, a Terracap poderia obrigar o locatário a explorar um determinado tipo de comércio. Na situação atual, o comerciante na condição de proprietário, além de não ter este tipo de obrigação ele tem autonomia para escolher o local que vai explorar o seu negócio. O que poderia vir a dificultar o acesso dos consumidores se fosse, por exemplo, instalado no segundo andar uma padaria.

Há aproximadamente 1 ano que o conjunto comercial está pronto e, no entanto, a idéia de abandono é a que prevalece. Os estabelecimentos sempre vazios e a presença de dois vigilantes, que a única tarefa parece ser a de ouvir o seu rádio todo o dia, vem fortalecer a idéia do abandono. Por outro lado, a inauguração da primeira loja, o barzinho *Adrenalina*, poderá quebrar a monotonia da quadra. O fato é que o prédio foi construído com todas as suas novidades. Se vai dar certo ou não o tempo parece ser a melhor resposta.

Cresce migração de Brasília

Josimar de Gusmão Lopes

O movimento migratório do Distrito Federal cresceu em relação ao do ano passado. Conforme os dados divulgados pelo Ministério do Interior, em 1980, passaram pelos Centros de Triagem e Encaminhamentos 10 mil 350 migrantes, enquanto que até setembro deste ano já foram atendidos 19 mil 045 migrantes. Estes números, porém revelam apenas a quantidade de migrantes que passaram pelos postos de atendimentos, não sendo possível precisar o número de pessoas que entraram no Distrito Federal.

A maioria desta massa populacional é da região Nordeste, que tem desempenhado um papel significativo no aumento da população urbana de Brasília. O Piauí, Maranhão e Ceará são os estados que apresentam grandes movimentos populacionais. A explicação para isto são os crônicos problemas de pobreza nesses locais, em particular, e na região nordestina, em geral.

Segundo a região do Nordeste está o Sudeste Brasileiro. São Paulo é o estado que mais contribui para a intensificação dos movimentos migratórios inter-regionais. Ao contrário da região Nordeste, os fatos que explicam os movimentos

populacionais na região Sudeste são: os fatores de modernização e a mudança radical das atividades agrícolas. Os fatores da modernização decorrem da introdução de novas relações de produção no campo, que tem como objetivo alcançar maior produtividade do trabalho e a expansão das áreas de produção. Esse processo, entretanto, acarreta aos não proprietários e pequenos agricultores sensível desequilíbrio econômico, uma vez que não conseguindo um bom nível de capitalização são expulsos de suas terras. O outro fator é a mudança radical das atividades agrícolas para áreas de pastagem, proporcionando uma crescente liberação de mão-de-obra, que se transfere para os grandes centros urbanos.

Segundo a socióloga Sônia Guimarães, da Secretaria de Serviços Sociais do Distrito Federal, "hoje Brasília não apresenta as vantagens para o êxodo rural como apresentava no passado, na medida em que o indústria da construção civil — principal agente introdutor de criação de emprego — vem sofrendo de forma gradativa os efeitos negativos de um processo de desaceleração econômica que atinge o País".

Na verdade, o fato da desaceleração da construção civil, reflexo de um processo de desaceleração econômica que atinge o País, conforme citou a socióloga Sônia Guimarães, aliada a falta de espaço para a construção de novos edifícios, isso tudo tem contribuído para que cada vez mais cresça o subemprego em Brasília. E, em última análise, favorece também para o crescimento da população marginal, uma vez que o problema do movimento migratório não é apenas econômico, mas, sobretudo, essencialmente um problema social.

Em Brasília, no entanto, há existência de um processo acelerado de desagregação populacional, demonstrando que hoje é uma capital estratificada sócio-especialmente, pois, no ano de 1979, 44% da população brasileira morava no Plano Piloto e, no ano de 1980, este índice caiu para 23%. O crescimento das cidades satélites se deve ao elevado número de pessoas que, expulsas de seus locais de origem, buscam nessas cidades solução de moradia e condições mínimas de subsistência.

A migração no caso específico do Distrito Federal há alguns fatores que

devem ser levados em consideração. Um deles é o fato de que a migração é essencialmente urbana, enquanto nos outros estados brasileiros as migrações são predominantemente rurais. Um outro fator que ocorre, somente no caso de Brasília, é que o fator distância não é obstáculo para aqueles que desejam ou são forçados a emigrar, considerando que o maior número de migrantes procede da região Nordeste, enquanto o processo migratório brasileiro é feito por etapas, através de deslocamentos populacionais intra-regionais, em que os migrantes exploram oportunidades — e na maioria dos casos oportunidades de trabalho — em uma mesma região, antes de se aventurarem para locais mais distantes.

"Levando em consideração", disse ainda a socióloga, "que a construção civil é a grande acolhedora dos migrantes e que atualmente está em processo de desaceleração, a saída para resolver o problema da migração em Brasília, seria o desenvolvimento da região Geoeconômica do Distrito Federal. O que além de fixar as populações locais, deverá gerar empregos para a população economicamente ativa das áreas de contenção".

JÓQUEI SEM CORRIDA NA GRAMA

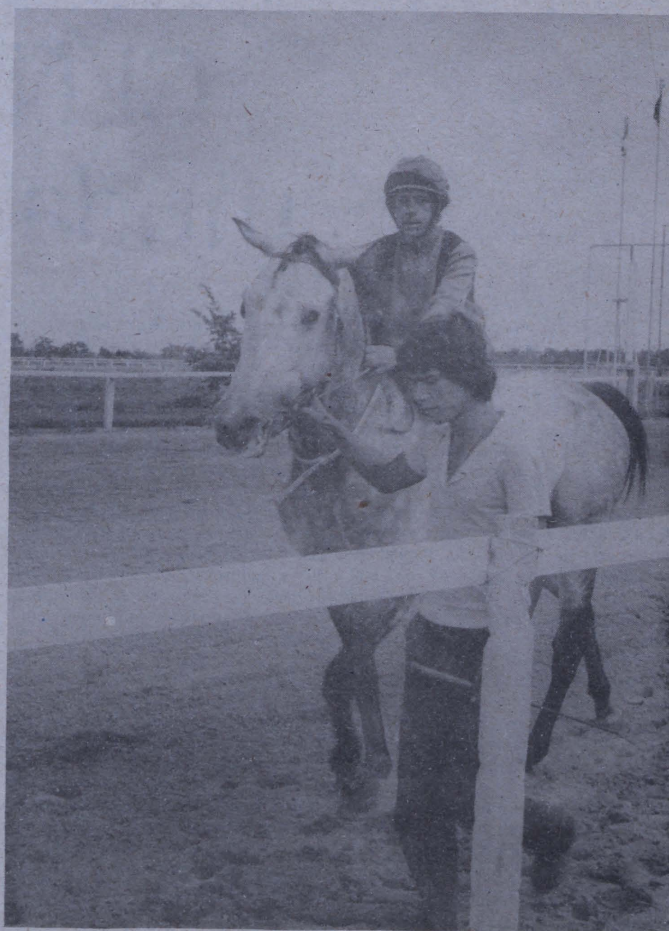
Cláudio Alves da Silva

"Não haverá uma pista de grama porque na temporada de chuva ela estaria impraticável, enquanto na seca os cuidados para mantê-la seriam tantos que não valeria a pena." Essa decisão da atual diretoria do Jockey Clube de Brasília já diminui a chance de Brasília ter um hipódromo "como os melhores do Brasil". Quem teve a oportunidade de assistir a um páreo clássico (2.400 m) na pista de grama sabe a diferença que é prum corrido na areia (lama).

A arquibancada a ser erguida ficará a mais de cinquenta metros da pista, possibilitando uma melhor visão da chegada. As duas retas ganharão prolongamentos para facilitar a largada segura dos

animais em páreos cheios: um na seta da milha (reta oposta) e outro para o quilômetro, que assim será corrido direto (sem curva), como em São Paulo.

Há cento e cinquenta cocheiras na vila hípica. Em dois anos esse número pode triplicar. Tudo depende de como evoluir a criação do PSI (puro sangue inglês) em terras do planalto central, pois não pode haver turfe sem uma renovação dos corredores, principalmente na qualidade das filiações. E também intercâmbio com outros centros mais avançados. E isso parece surgir por aqui, no triângulo com Paracatu e Goiânia. Alguns criadores, informa a diretoria, estão pensando em instalar um posto de fomento (peque-

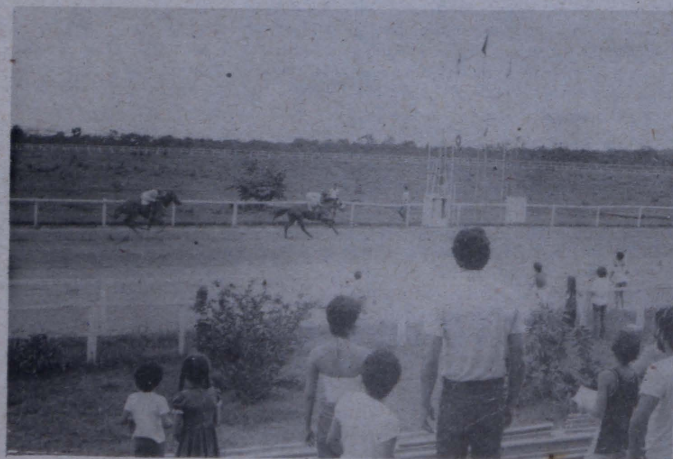


na fazenda para a reprodução) no próprio terreno do Jockey, que, com seus oitenta alqueires, equivale a quase um Parque da Cidade.

Até o fim das obras prevista no plano de expansão, espera-se vender cinco mil títulos. Atualmente o preço do título de sócio proprietário é de sessenta mil cruzeiros, pagos em até vinte e um meses. Vai-se construir primeiramente o parque aquático e os 400 m² de área de lazer equestre (pôneis, sela). A diretoria não soube dizer mas, segundo um agente da Planos e Urbisa, firma encarregada da venda dos títulos (dos quais fica com trinta por cento), os gastos com essas

obras iniciais deverão girar em torno dos cinquenta e dois milhões. Este dinheiro o Jockey conseguiu depois da desapropriação de parte de seu terreno para a construção da via Estrutural, que liga o Plano a Taguatinga.

Haverá recursos da alienação de lotes do Jockey no Jardim Ingá. Com eles, a diretoria espera aumentar o prêmio dos páreos, estimulando a inscrição dos animais. Um páreo com mais de dez cavalos é geralmente (e normalmente) muito mais disputado, podendo só isso atrair público ao hipódromo. A propaganda nos jornais e na televisão se estenderá até fevereiro. Nela foram gastos trinta milhões e quem a programou foi ainda a Planos e Urbisa.



O JÓQUEI HOJE

As apostas, por incrível que pareça, se encerram vinte minutos antes da largada. São escritas e computadas num quadro negro. O totalizador eletrônico a ser construído quando dos reparos na pista, segundo o agente da Planos e Urbisa, é tipo o de Cidade Jardim, em São Paulo — isso já representa uma grande força para o aumento do movimento de apostas.

A vibração da torcida na reta final é tudo nas carreiras. Dela aparecem as expressões de exaltação. (Algumas conhecidas — barbadal! Isso é impossível!! Outras retratando a rivalidade amena; pega pelo rabo seus otários! Vai tirando que isso é filé!)

Nas reuniões de domingo no

hipódromo do Guará, a presença de garotos entrando e saindo, mesmo na hora do páreo ou do galope de apresentação (canter), contraria o locutor oficial a tal ponto que, justamente e sem outro jeito, ele chama a polícia para resolver a parada. Muitos desses garotos moram e trabalham como cavalariço na vila — e têm sempre histórias sobre seus pupilos. A correria pra-lá-e-pra-cá na hora da partida e do páreo leva-os junto aos boxes, pois nenhum deles quer perder qualquer peripécia. Dada a largada (do outro lado) eles voltam, cortando caminho pelo mato cerrado, em direção ao disco (foto da chegada) e a torcer por seus favoritos.